

ATA DE REUNIÃO

OBJETIVO	Reunião do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais
DATA	05 de fevereiro de 2026
LOCAL	Online, via Google Meet
COORDENAÇÃO	CODIN/SEGEST

PRESENTES

Roberto Masami Nakajo , Juiz Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, Coordenador do Comitê
Fernanda Gomes Ferreira , Diretoria-Geral da Secretaria;
Ana Luísa Vasel , Secretária Geral da Presidência
Ricardo Ganzo Wickert Caldas , Assessor da Ouvidoria;
Nílvio Gomes Bach , Representante da Assessoria Jurídica da Presidência;
Anderson Bastos , Coordenador de Segurança da Informação e Proteção de Dados
Camila Sartori Abreu , Diretora da Secretaria de Comunicação Social
Fábio Rebelo , Coordenador da CODIN;
Marcelo Moretto , Coordenador da COGEPRO;
Patricia Michels Sandrini , Chefe da Seção de Apoio à Governança e LGPD;
Gabriela Gomes , Servidora da SEGEST;

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Gustavo Bestetti Ibarra - Diretor da SEGEST

 **FABIO ZAPELINI REBELO**
06/02/2026 16:08

 **GABRIELA ROLTA GOMES**
06/02/2026 16:28

 **MARCELO BORRINI MORETTO**
06/02/2026 16:51

 **CAMILA SARTORI VELLOSO ABREU**
06/02/2026 17:10

 **NILVIO GOMES BACH**
06/02/2026 17:52

 **ROBERTO MASAMI NAKAJO**
07/02/2026 11:05

 **ANA LUÍSA VASEL**
07/02/2026 14:25

 **FERNANDA GOMES FERREIRA**
08/02/2026 21:09

 **ANDERSON BASTOS**
09/02/2026 15:47

 **RICARDO GANZO WEICKERT CALDAS**
09/02/2026 17:40

 **PATRICIA MICHELS SANDRINI**
10/02/2026 16:35



ASSUNTOS TRATADOS:

- Apresentação da nova composição do Comitê Gestor de LGPD
- Mapeamento TRT-SC - Status
- Vazamento de Dados - PJe
- ICPPDU - Índice de Adequação à LGPD

Abertura

A reunião foi aberta pelo Coordenador do Comitê, Dr. Roberto Masami Nakajo, que deu as boas-vindas aos novos membros do Comitê e aos demais presentes.

Dr. Nakajo apresentou um panorama geral sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as medidas já implementadas até o momento. Destacou que a LGPD vem ganhando importância e que o CNJ e o CSJT têm intensificado as cobranças pela aplicação da lei nos tribunais. Ressaltou que, embora o TRT-SC tenha cumprido os requisitos iniciais, o processo de adequação não pode estagnar.

Em seguida, apresentou a servidora Patricia Sandrini, que assume a Seção de Apoio à Governança e LGPD em substituição à servidora Fernanda Linhares, dando continuidade aos tópicos da pauta.

1. Mapeamento de Dados Pessoais – Status

Patricia fez uma contextualização sobre o andamento do processo de mapeamento de dados pessoais no âmbito do Tribunal, ação prioritária no momento e essencial para identificar o volume de dados pessoais e sensíveis tratados pela instituição.

Informou, ainda, que a próxima unidade a ser mapeada, conforme deliberado na última reunião do Comitê, é a Coordenação de Licitações e Compras (CLC). Destacou que a coordenadora da área demonstrou receptividade ao projeto, tendo apenas questionado a possibilidade de a capacitação e a oficina técnica serem realizadas em formato online.

O Comitê entendeu que não haveria prejuízo na alteração do formato do projeto de presencial para online, sendo, inclusive, uma oportunidade de validar o modelo para futura ampliação, ficando a decisão final a cargo da CLC.

Na sequência, o Dr. Nakajo ressaltou a necessidade de que, após a realização da oficina de mapeamento junto à CLC, seja estudada a expansão do projeto, de modo a viabilizar sua execução em múltiplas áreas de forma concomitante, conferindo maior agilidade e alcance do processo de mapeamento de dados.

Como deliberação, ficou definido que Patricia entrará em contato com a Andréia para



agendar a oficina de mapeamento de dados.

2. Vazamento de Dados - PJe

Foi apresentado ao Comitê o status do incidente de vazamento de dados ocorrido no sistema PJe em 2025. Informou-se que o Tribunal adotou todas as medidas cabíveis para a mitigação do problema, tendo comunicado oficialmente o ocorrido à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Patricia destacou que, no início do ano, a ANPD encaminhou despacho sugerindo a extinção do processo de comunicação, reconhecendo que o Tribunal adotou todas as medidas necessárias.

Ao final, lembrou que na última reunião realizada, foi definido que a SEG TIC iria **reformular a Portaria PRESI n. 75/2021** a fim de **incluir maior detalhamento sobre o fluxo e o modelo de comunicação à ANPD e aos titulares de dados pessoais.**

3. Alteração da Resolução CSJT n. 309/2021

O Comitê foi informado sobre o ofício encaminhado pelo CSJT, que trata sobre a alteração da Resolução CSJT n. 309/2021, a qual dispõe sobre as Políticas de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais. A alteração da resolução contemplará orientações sobre a **comunicação de incidentes à ANPD e aos titulares de dados pessoais**. Após a publicação, caberá ao TRT-SC revisar sua Política de Privacidade e adequar-se às novas disposições.

O Comitê debateu a necessidade de promover, neste momento, alterações na Portaria PRESI n. 75/2021, considerando que, em breve, seria necessária nova atualização em razão da publicação da versão revisada da Resolução CSJT n. 309/2021, o que poderia ocasionar retrabalho.

Com a palavra, Anderson, coordenador da SEG TIC, alertou que a **revisão anual das políticas está disposta no iGovTIC**, e que, caso a nova resolução demore a ser publicada, o Tribunal deixaria de cumprir a determinação, com impactos, inclusive, no Prêmio de Qualidade CNJ. Sugeriu, então, a autuação de PROAD para tratar da revisão do tema, estabelecendo uma data limite para que o processo fosse impulsionado, enquanto se aguarda a publicação do CSJT. A proposta foi acatada pelo Comitê.



Como deliberação, foi definido que a **SEGTIC autuará processo PROAD para a revisão normativa**. O trâmite ficará **suspenso até 01-06-2026**, aguardando a publicação da nova resolução do CSJT.

4. ICPPDU - Índice de Conformidade com a Privacidade e Proteção de Dados dos Usuários

Foi apresentado o painel ICPPDU, que avalia o nível de adequação dos Tribunais Regionais à LGPD. Atualmente, o TRT-SC encontra-se no “nível intermediário”, mas poderá melhorar sua pontuação quando finalizar o mapeamento de dados e elaborar o Relatório de Impacto à Proteção de Dados.

Dr. Nakajo destacou o aumento no número de demandas relacionadas à LGPD recebidas pela Ouvidoria, reforçando a necessidade de priorização das ações de proteção de dados no âmbito do Tribunal.

Deliberações e Encaminhamentos:

Oficina de Mapeamento de Dados: Patricia **agendará a oficina** de preenchimento do questionário com a CLC em formato online, visando validar o modelo para futura ampliação a outros setores.

Revisão Normativa: A SEGTIC **autuará PROAD** para a revisão normativa do fluxo e do **modelo de comunicação à ANPD e aos titulares de dados pessoais**. O trâmite permanecerá suspenso até **01-06-2026**, aguardando a publicação da nova resolução do CSJT.

Em anexo, segue a apresentação de slides da reunião.

FECHAMENTO DA ATA

Em 06 de fevereiro de 2026.

RESPONSÁVEL	CONTATO
Patricia Michels Sandrini	R: 4178

